

Turismo sombrio como lição de memória: As marcas da ditadura civil-militar de 64 na cidade de São Paulo

Dark tourism as a memory lesson: Traces of the civil-military dictatorship of 64 in the city of São Paulo

Adriana Coelho-Florent

Institut du Monde Africain, Unidade Mista de Pesquisa
Interdisciplinar da Universidade de Aix Marseille,
adriana.florent@univ-amu.fr

Resumo

Este trabalho tem por base a observação do itinerário *Caminhos da resistência – Memórias da política paulistana*, proposto pelo departamento de turismo social do Serviço Social do Comércio de São Paulo, em torno da resistência contra a ditadura civil militar de 1964 no Brasil. Além da visita de espaços patrimonializados, cujo principal é o Memorial da resistência, o passeio tem dimensões de turismo literário, ao incluir poemas/canções engajados ligados a este período. Tendo como respaldo metodológico a abordagem interdisciplinar indispensável aos estudos de turismo literário, nosso objetivo é de propor um enriquecimento deste aspecto do itinerário. Para tanto, recorreremos a três obras de cunho autobiográfico do dramaturgo e diretor de teatro Augusto Boal (1931 – 2009), que poderiam intensificar o processo imersivo proposto pelo Memorial. Em conclusão, refletimos sobre o indispensável papel pedagógico desempenhado por esta forma específica de turismo sombrio e literário no atual contexto de crise social, política e ética do Brasil destes últimos anos.

Palavras-chave: turismo sombrio; turismo literário; ditadura civil militar de 1964; cidade de São Paulo; tortura; Augusto Boal.

Abstract

This work is based on the observation of the itinerary *Caminhos da resistência – Memórias da política paulistana*, offered by the social tourism department of the Commerce Social Service of São Paulo, and which is based on the resistance movement against the 1964 civil and military dictatorship in Brazil. In addition to visiting heritage sites, namely the Memorial of Resistance, the tour has dimensions of literary tourism, by including engaged poems / songs of this historical moment. Following an interdisciplinary approach to literary tourism studies as a methodological option, our objective is to propose an enrichment of the itinerary. To this end, we present three autobiographical works by the playwright and theatre director Augusto Boal (1931 - 2009), which could intensify the immersive process proposed by the Memorial. In conclusion, we reflect on the indispensable pedagogical role played by this specific form of dark and literary tourism in the current context of the social, political and ethical crisis in Brazil in recent years.

Keywords: dark tourism; literary tourism; civil-military dictatorship of 1964; São Paulo; torture; Augusto Boal.

1. Introdução

De um modo geral, o turismo sombrio ou *dark tourism* pode ser definido como qualquer forma de turismo ligado à visita de lugares associados à morte e à destruição, ou que simplesmente estão impregnados por um ambiente macabro.¹ Embora este tipo de turismo tenha sido frequentemente associado ao pós-modernismo, particularmente no âmbito da pesquisa anglosaxônica, a sua prática surge desde os primórdios da atividade turística no século XIX, como é o caso por exemplo o célebre campo de batalha de Gettysburg, transformado em destinação de viagem logo após o final da guerra de secessão em 1865.²

No entanto, a partir do final do século XX, o crescente interesse do público, mas também dos agentes econômicos por este tipo de turismo, provoca um questionamento em torno da sua ambiguidade ética. A pesquisadora quebequense Maithé Levasseur coloca a questão nos seguintes termos:

Quel est l'équilibre entre l'exploitation d'un site touristique et le respect dû à un lieu de drame ou de désastre ? Telle est la question avec laquelle jonglent les exploitants de tels sites touristiques. [...] Selon les experts qui étudient le phénomène, le tourisme sombre est non seulement très largement répandu parmi les touristes, mais il est en croissance. Il importe donc de connaître cet intérêt chez sa clientèle et surtout de veiller à une exploitation respectueuse et authentique des lieux et des attractions associés à la mort ou aux désastres.³ (Levasseur, 2007)

Para o Brasil, a atividade começou a despertar interesse a partir dos anos 2000, nomeadamente em torno da expansão fulgurante do turismo de favela no Rio de Janeiro.⁴ Apesar de inúmeras polémicas em torno da questão, levando inclusive parte dos favelados a uma tentativa de reapropriação desta atividade econômica, a diminuição drástica desse tipo de passeio a partir de 2017 foi sobretudo provocada pelo aumento da violência na capital carioca.

No caso da cidade de São Paulo, cuja atividade turística esteve por muito tempo ligada ao turismo de negócios, o tipo de turismo sombrio que vem se desenvolvendo está mais ligado à patrimonialização da história da cidade e a uma atividade turística de tipo memorial do que ao atrativo perigoso e polêmico das favelas cariocas. No caso do itinerário que vamos estudar, o público visado corresponde ao setor da população que beneficia dos serviços

¹ Segundo a definição estabelecida por John Lennon e Malcolm Foley em sua obra pioneira *Dark tourism: The attraction of death and disaster*, turismo sombrio define-se como “tourist interest in recent death, disaster and atrocity borne of a fundamental shift in the way in which death, disaster and atrocity are being handled by those who offer associated tourism products.” (Lennon & Foley, 2000: 3).

² A respeito do debate em torno do conceito de turismo sombrio e de sua expansão a partir dos anos 90, ver Folio, 2015.

³ “Qual é o equilíbrio entre a exploração de um sítio turístico e o respeito devido ao local de um drama ou de um desastre? Eis a questão com a qual se confrontam os exploradores de tais sítios turísticos [...] Segundo os especialistas que estudam o fenômeno, o turismo sombrio é não apenas bastante difundido entre os turistas, mas vem crescendo de modo constante. Torna-se pois importante conhecer esse interesse por parte da clientela e sobretudo zelar por um aproveitamento respeitoso e autêntico dos lugares e das atrações associadas à morte ou aos desastres.” (tradução minha).

⁴ Ver a este respeito Moraes, 2016.

prestados por uma instituição privada, o SESC (Serviço Social do Comércio).⁵ Através de um financiamento garantido por arrecadações federais feitas às empresas ligadas ao comércio, ele desenvolve em particular o que seus próprios colaboradores chamam de “turismo social”: assim definido:

O SESC recebe todos os anos cerca de três milhões de turistas em seus hotéis e pousadas espalhados pelo país. São 43 unidades de hospedagem que valorizam o Turismo Social – uma atividade democrática fundamental para o lazer e formação cultural do cidadão. [...] O direito ao lazer e à cultura e sempre estiveram presentes nas linhas de ação do SESC. Por isso, a entidade vê no Turismo uma forma de ampliar ainda mais o acesso a essas áreas. [O SESC dirige-se a] trabalhadores de menor renda – comerciários e não-comerciários -, bem como seus dependentes de todas as faixas etárias. [...]

Ao contrário dos programas convencionais, as excursões do SESC vão além dos famosos pontos turísticos e promove diferentes visões do Brasil, relacionadas especialmente com a cultura e história de cada região. (Portal do SESC, 2020)

O turista visado pelo SESC é então o turista nacional de baixa renda, muitas vezes originário da região que pretende visitar, e tendo por motivação não só o lazer, mas também um aprimoramento cultural e cívico.⁶

Na capital paulista, palco de eventos marcantes do período, as marcas deixadas pela luta contra a repressão da ditadura civil militar de 1964 oferecem possibilidades de roteiros memoriais bem adaptados a esse tipo de público. Tal é o caso do itinerário proposto pelo SESC de São Paulo, intitulado *Caminhos da resistência – Memórias da política paulistana*. Este passeio de um dia inteiro é acompanhado por Dolores Freixas, guia patenteada do SESC, pela historiadora Ângela Filieno da Silva e pela dupla *Canto poético*, formada por Marco Antonio Garbellini e William Rolderick Vasconcelos.

Embora baseado essencialmente na visita de espaços patrimonializados, em particular do *Memorial da resistência de São Paulo*, o passeio também é um produto de turismo literário pela presença de poemas musicados pelos dois músicos do *Canto poético*: as canções escolhidas para o itinerário são a banda sonora do combate contra a ditadura.

Após uma rápida contextualização do período histórico atravessado pelo Brasil entre 1964 e 1985, passaremos a descrever o itinerário proposto pelo SESC. Porém, através da comparação do *Memorial da resistência de São Paulo*, ponto final do circuito, com o *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* de Lisboa, nos confrontamos a uma das questões recorrentes do turismo sombrio, a representação da tortura, que envolve ao mesmo tempo um processo de imersão e de conscientização do turista visitante. Sendo assim, nosso objetivo é sugerir um enriquecimento do itinerário através do recurso central do turismo literário: os textos literários, nomeadamente, três obras do dramaturgo e diretor de teatro Augusto Boal (1931 – 2009): a peça *Torquemada* (1972) e os seus dois livros de memórias, *Milagre no Brasil* (1976)

⁵ Fundado em 1946 após o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, o SESC tem por objetivo atenuar e prevenir conflitos sociais, propondo atividades de cultura, lazer saúde e bem estar aos empregados e funcionários de baixa renda. A respeito do SESC e de suas atividades turísticas, ver Cheibub, 2012.

⁶ Notamos na programação da entidade que o trabalhador do comércio de bens serviços e turismo credenciado no SESC e dependentes pagam um preço inferior aos não credenciados, e que há descontos para menores.

e *Hamlet e o filho do padeiro* (2000). Ao assimilar a postura do turista à posição do leitor, nossa proposta tem por respaldo metodológico a abordagem interdisciplinar recomendada por Sílvia Quinteiro e Rita Baleiro (2019: 3):

Assim, em termos metodológicos, entendemos que a investigação em literatura e turismo passa necessariamente por uma abordagem na qual se articula o processo hermenêutico, próprio dos estudos literários, que é levado a cabo na confluência subjetiva entre texto e leitor, com as metodologias e métodos mais frequentes dos estudos em turismo (a análise estatística, a aplicação de modelos económicos, as entrevistas, a análise de conteúdo, entre outros) nos quais o grau de pragmatismo é muito maior do que nos estudos literários.

Veremos assim de que modo o recurso a uma obra literária pode permitir o aprofundamento da função pedagógica e cívica do turismo sombrio. Por fim é possível abrir o debate em torno da utilidade deste tipo de atividade turística no atual contexto político brasileiro.

2. O Brasil durante os anos de chumbo: O golpe de 64 e o Ato Institucional n.º 5 (AI5)

Com a queda do Estado Novo no Brasil em 1945, o Brasil atravessa um período de eferescência cultural e política, em que a construção da democracia, do desenvolvimento e da modernização do país parecem consolidar-se. Assim, no final da década de cinquenta, a invenção da Bossa Nova, o crescimento da indústria automobilística e da construção de autoestradas e a fundação de Brasília contribuem para dar uma imagem otimista da realidade brasileira. No entanto, a partir do governo de João Goulart, ex-ministro trabalhista de Getúlio Vargas, o frágil processo de democratização do país parece de novo ameaçado.

Eleito presidente em 1963 com o apoio dos sindicatos de operários, em particular do Comando Geral dos Trabalhadores, da Liga Camponesa e do sindicato estudantil União Nacional dos Estudantes (UNE), Goulart é pressionado pelas forças progressistas e populares, que desejam reformas radicais para combater as desigualdades sociais, as chamadas “reformas de base”. No dia 13 de março de 1964, durante um comício que reuniu 150.000 manifestantes diante da Central do Brasil, principal estação ferroviária do Rio de Janeiro, o Presidente promete levar adiante as reformas apesar da oposição do Congresso, dominado pelos industriais paulistas e os grandes latifundiários que dirigiam a economia do Brasil. No dia seguinte, decreta a desapropriação de terras, primeiro passo para a reforma agrária, e encampa refinarias de petróleo até então concedidas a multinacionais, revelando assim a sua intenção de nacionalizar setores vitais para a independência econômica do país. Além do mais, frente à oposição do Congresso, Goulart emite a ideia de convocar novas eleições legislativas para a elaboração de uma nova constituição.

A poderosa Fundação dos Industriais do Estado de São Paulo (FIESP), que já havia conseguido a demissão de Goulart quando este, então ministro do trabalho, propusera um aumento de 100% do salário mínimo, teme a influência da Revolução cubana de 1959, e busca uma aliança com a ala mais conservadora do Exército brasileiro. Os militares de alta patente, formados e apoiados pelo Exército americano desde a segunda guerra mundial, num contexto de acirramento da Guerra Fria, estão de prontidão. Militares e empresários tinham tido aliás a confirmação por parte do Embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, que a

operação “Brother Sam”, incluindo navios com reservas de petróleo e armas enviados pelos Estados Unidos às costas brasileiras, estava pronta para ser acionada.

Do mesmo modo, as organizações eclesiásticas conservadoras, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Liga das senhoras católicas consideravam as tomadas de posição do Presidente Goulart como uma verdadeira provocação. Logo a 19 de março, com o apoio logístico da Prefeitura de São Paulo, organizam, na praça da Sé, a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, reunindo mais de 500.000 manifestantes. A classe média protestava assim contra um governo que, segundo eles, ameaçava fechar o Congresso e impôr uma ditadura comunista. Alguns governadores da oposição, dos quais se destaca Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, Governador do estado da Guanabara, acabam convencendo os poucos generais legalistas que uma revolução vermelha estava prestes a ser lançada.

A 31 de março, uma semana antes do combinado com os governadores de Minas e Guanabara, o general Olímpio Mourão inicia o golpe, partindo de Minas para o Rio de Janeiro no intuito de prender e expulsar o Presidente Goulart. A 1 de abril, houve a união das tropas de Minas e São Paulo a caminho do Rio. No mesmo dia, João Goulart sai do Rio para Brasília, com a intenção de pedir aos seus ministros para alertar o Congresso sobre a situação, enquanto ele partiria para Porto Alegre, contando com o apoio das forças legalistas do Rio Grande do Sul. Mas a 2 de abril, o Presidente do Congresso Auro Soares de Moura Andrade, favorável ao golpe, declara falsamente que João Goulart já se encontrava fora do país, e que portanto podia ser destituído. Como previsto pela constituição vigente, o Presidente da Assembléia legislativa, Ranieri Mazzilli, assume a presidência. Ao saber da decisão do Congresso, Goulart decide se exilar para evitar a guerra civil, partindo a 4 de abril para o Uruguai,

Neste mesmo dia, ocorre uma nova manifestação da classe média conservadora, a “marcha da vitória” no Rio de Janeiro, na qual um milhão de pessoas aclamava o golpe, com *slogans* anticomunistas tais como “verde e amarelo sem foice nem martelo”. Sem mesmo necessitar da ajuda oferecida pelo governo americano através da operação “Brother Sam” a ditadura civil militar toma o poder, que deveria conservar até 1985.

Contrariamente ao modelo ditatorial latino-americano dos anos 70, no Brasil o poder não se concentra em um só general incarnando os valores da extrema direita. De maneira mais hábil e mais pragmática, os autores da chamada “Gloriosa Revolução de março” mantêm uma tênue fachada democrática, através da alternância de generais no poder, eleitos por um congresso quase inteiramente sob contróle do novo regime. De 1964 até 1968, os partidos de esquerda, sindicatos e meios universitários e artísticos mobilizados contra a ditadura, e, acreditavam que aquele seria um regime de exceção, rapidamente interrompido por eleições diretas para a presidência. Até mesmo os próprios partidos de direita que tinham apoiado o golpe mantinham a esperança de em breve retomar o poder concedido ao Exército.

A ilusão acaba definitivamente em dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional n.º 5. Sob pretexto das revoltas estudantis que, como no resto do mundo ocidental, vinham ocorrendo no Brasil naquele ano, e contando sempre com o apoio americano e o financiamento da grande indústria do país, o Governo abole, através do AI5,

todos os direitos individuais. Pode assim suspender os direitos políticos de qualquer cidadão suspeito de ameaçar a segurança nacional, bem como declarar a recessão do congresso, o estado de sítio e a intervenção nos estados da federação. Ironicamente, o Congresso, fechado em dezembro de 1968, só seria reaberto em outubro do ano seguinte, para referendar o novo Presidente, o general Emílio Garrastazu Médici. Os chamados “anos de chumbo” correspondem ao exacerbamento da repressão, com exílios, prisões, desaparecimentos, torturas e mortes de centenas de oponentes, entre estudantes, professores, operários, camponeses e artistas.⁷

Após a crise mundial do petróleo em 1974, que põe um termo ao chamado “milagre econômico brasileiro”, os militares no poder começam a preparar a sua retirada, pois a crise econômica aumenta a tensão social no país. Utilizando conceitos como “democracia relativa”, “abertura política lenta e gradual” e finalmente anistia para todos os envolvidos no processo de repressão, tanto os presos políticos quanto os agentes da repressão, o Exército volta às casernas apenas em 1985, num processo que, se excluiu uma revolução, também impossibilitou o processo dos crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura. Sendo assim, a quase totalidade dos militares e dos policiais comprometidos nos casos de tortura e desaparecimento do período, não foram sequer exonerados após a volta à democracia, podendo inclusive desenvolver atividades políticas. Até a presente data, apenas um sargento foi processado por sequestro, tortura e estupro pelo Tribunal regional federal do Rio de Janeiro, em agosto de 2019.⁸

3. Caminhos da resistência – Memórias da política paulistana, aspectos de um roteiro turístico em torno da ditadura

O roteiro proposto pelo catálogo de turismo social do SESC de 2019 pode ser considerado ao mesmo tempo como uma atividade de turismo sombrio e de turismo memorial. Não por acaso este roteiro foi elaborado no âmbito da capital paulista.

De fato, segundo o relatório da *Comissão da verdade*, além de ser o palco da primeira marcha civil de apoio ao golpe militar, São Paulo foi a terceira cidade com maior concentração de centros de tortura durante a ditadura, com 36 locais de violação dos direitos humanos.⁹ Entre outros fatores, a capital paulista apresentava o maior número de operários (Silva, s.d.) e o maior número de estudantes, que, em todo o país, tinham passado de 41.275 em 1945

⁷ Segundo a organização internacional não governamental de direitos humanos, *Human Rights Watch*, aproximadamente 20 mil pessoas foram torturadas no Brasil de 1964 a 1985. A Comissão da Verdade, órgão instituído pelo Governo de Dilma Rousseff em 2012 e composto por professores e juristas, conseguiu documentar em seu relatório de 2014 434 mortos e desaparecidos entre 1950 e 1985. Ver o relatório da comissão da verdade, disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>, consultado em 25 de abril de 2020.

⁸ Ver Joana de Oliveira, “Em caso inédito, militar será julgado por estupro de presa política na ditadura”, *El País*, 16/08/2019, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/14/politica/1565802126_256909.htm, consultado em 25 de abril de 2020.

⁹ Ver infográfico baseado no relatório da Comissão da Verdade: *Locais de violações de direitos humanos na ditadura*, Lucas Salomão, *G1*, 10/12/2014, disponível em <http://G1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>, consultado em 25 de abril de 2020.

para 101.691 em 1960 (Queiroz *et al.*, 2013). Diante de tal potencial de efervescência política, a FIESP decide criar um centro de informações e operações paralelo ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS – SP), oficialmente encarregado pelo regime militar de defender a doutrina da segurança nacional. A chamada *Operação Bandeirantes* (OBAN), financiada pelo empresariado paulista e com apoio do Prefeito e do Governador do estado, era composta por representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, do Serviço Nacional de Informações, e de diferentes órgãos da polícia estadual. Os membros da OBAN tinham liberdade de ação para prender, torturar matar e fazer desaparecer qualquer suspeito de subversão (CPDOC, s.d.). Embora a sede da OBAN, situada em São Paulo na rua Tutóia, tenha sido tombada em 2014, o local continua sendo utilizado por uma delegacia de polícia. Por razões óbvias, não foi possível ao SESC integrar este espaço no roteiro, mas veremos que a cidade oferece vários outros espaços significativos do período ditatorial.

Figura 1. Programação do Turismo social SESC (março-abril 2019: 16)



Cada cidade possui características que a tornam única. Seja por suas cores e atrativos, seja por sua gente. Faça um passeio e descubra a diversidade de sua região.

09/02

CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: MEMÓRIAS DA POLÍTICA PAULISTANA
São Paulo (SP)
Sábado. Saída às 08h do Sesc São Caetano

Visita a pontos que marcaram a repressão política no Brasil durante a ditadura militar. Destaque para a Rua Maria Antônia, na Vila Buarque, o Memorial da Resistência (Antigo DOPS), o Instituto Cultural Israelita (CIB), e para outros pontos relevantes daquele importante período da história do nosso país. Inclui almoço e ingressos.

● R\$ 60,00 (R\$ 30,00 + R\$ 30,00)
★ R\$ 90,00 (R\$ 30,00 + 2x R\$ 30,00)

Passeio fora na Central de Atendimento a partir das 20h (27, av. EJA, 40º andar).

Fonte: https://issuu.com/turismosocial/docs/ts_mai-jun_2018_vfinal_issuu.

Na Figura 1, reprodução da página referente a este passeio do catálogo de 2019, podemos ler a seguinte descrição: “Visitas a pontos que marcaram a repressão política no Brasil durante a ditadura militar. Destaque para a Rua Maria Antônia, na Vila Buarque, o Memorial da Resistência (Antigo DOPS), o Instituto Cultural Israelita (CIB) e outros ponto relevantes daquele importante período da história do nosso país. Inclui almoço e ingressos.”.

Para melhor focalizar a questão que nos interessa, vamos examinar apenas os dois primeiros pontos citados, deixando de lado o Instituto Cultural Israelita, espaço memorial mais complexo, que também integra a memória do holocausto e da imigração judaica em São Paulo.

3.1. A Batalha da Maria Antônia

A primeira parte do roteiro se faz a pé, no centro de São Paulo, partindo do SESC Consolação (Rua Dr. Vila Nova, 245) até o Centro Universitário Maria Antônia (Rua Maria Antônia, 258/294). Este centro cultural fica na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) que ali funcionou desde a sua fundação em 1934 até 1968, quando ocorre a conhecida “Batalha da Maria Antônia”.

A referida “Batalha” foi de fato um dos episódios marcantes do protesto estudantil de 68 contra a ditadura no Brasil. Na mesma rua, quase em frente, no n.º 163, encontra-se a Universidade Presbiteriana Mackenzie, instituição americana privada que ali funciona desde 1870. Os estudantes e professores da Maria Antônia estavam profundamente envolvidos nas manifestações de protesto contra o Governo, praticamente desde o golpe de 64. A efervescência estudantil a nível mundial bem como as manifestações do Rio de Janeiro duramente reprimidas pela polícia, tendo inclusive causado a morte do secundarista Edson Luís Souto, mobilizavam estudantes e docentes da USP. No dia 2 de outubro de 1968 pela manhã, os chamados “Uspeanos” da Maria Antônia, que buscavam reunir fundos para a realização do congresso nacional da UNE, resolvem cobrar pedágio de todos os passantes da rua, inclusive de professores e estudantes do Mackenzie. Os Mackenzistas contavam com elementos favoráveis ao novo regime, até mesmo membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização paramilitar fundada em 1964. Irritados com o pedágio, um membro do CCC atira um ovo podre nos cobradores de pedágio, que revidam com pedras e tijolos, aos quais os Mackenzistas já reunidos respondem com rojões e coquetéis molotov preparados pelos estudantes de química da universidade privada. Policiais da força pública, convocados pela Reitoria do Mackenzie, assistem ao confronto de dentro do prédio da universidade americana, sem intervir. Mas às 14h30, o estudante secundarista José Guimarães é atingido por um tiro na cabeça, morrendo a caminho do hospital. A luta torna-se ainda mais acirrada, com a participação das forças públicas, que acabam por invadir e incendiar o prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Às 22h30, o balanço era de 4 baleados, dois “uspeanos” com queimaduras do terceiro grau, vários feridos e um morto.¹⁰

Após a “Batalha”, a reitoria da USP recebeu ordens de transferir seus cursos imediatamente para a cidade universitária, ainda em construção, a mais de 10 km do centro. A reconstituição deste episódio se apoia não só na visita do Centro Maria Antônia durante o passeio, mas também na exposição “Re vou ver” organizada no local, com fotos inéditas, jornais e revistas da época e exibição de um documentário.¹¹

¹⁰ A respeito da “Batalha da Maria Antônia” e do assassinato de José Guimarães, ver o verbete “José Guimarães”, *Memórias da ditadura*, disponível em <http://memoriasdadtadura.org.br/memorial/jose-guimaraes/>, consultado em 26 de abril de 2020.

¹¹ Ver programação do centro Maria Antônia, disponível em: <http://www.mariantonia.prceu.usp.br/eventos/exposicao-re-vou-ver/>.

3.2. O presídio Tiradentes e a Torre das Donzelas

O percurso do SESC prossegue com o deslocamento em microônibus até a avenida Tiradentes, diante do Portal de pedra do antigo presídio Tiradentes. Embora o edifício, abalado pela construção do metrô, tenha sido totalmente destruído em 1972, com exceção do Portal, o local merece ser visitado por sua importância histórica e até por sua representatividade na elaboração das memórias da Ditadura de 64 no Brasil. Construída em 1825, a então “Casa de Correição” da cidade de São Paulo encerrava escravos fugidos e outros perturbadores da ordem pública. O prédio, que ocupava 9.670 m², era composto por três pátios contíguos em torno dos quais as diferentes alas formavam três quadrados dispostos em volta de uma torre central, onde ficava o calabouço destinado aos escravos. Com o crescimento de São Paulo e a necessidade de prisões maiores e mais modernas, a partir do início do Estado Novo o Presídio Tiradentes passa a ser reservado em grande parte aos presos políticos.¹²

Após o intervalo democrático de 1945 a 1964, o Presídio voltou a encher, com uma nova divisão do espaço que vai ficar na memória dos resistentes contra a ditadura civil militar: a torre dos escravos passou a acolher a ala feminina, com celas médias, cujas portas permaneciam abertas durante o dia. A “Torre das Donzelas”, como passou a ser chamada, hospedou durante dois anos e seis meses a futura presidente do Brasil, Dilma Rousseff, então militante da organização *Vanguarda Armada Revolucionária Palmarensis*.¹³

O que representou o Presídio Tiradentes para os prisioneiros políticos a partir de 1964, e sobretudo depois do AI5, quando se dizia que havia mais estudantes e professores lá dentro do que na própria USP? Paradoxalmente, o velho Presídio do tempo do Império era considerado naquele momento quase como um refúgio. Em seu tocante prefácio ao livro de depoimentos sobre o Presídio Tiradentes, intitulado “Purgatório”, Antonio Cândido observa:

[A]s observações ficariam incompletas se eu não aludisse à comovedora euforia que [...] vem animar quase todos estes textos : o desafogo daqueles presos tão sofridos ao caírem na prisão da avenida Tiradentes, depois dos horrores inenarráveis do DOI-CODI e do DEOPS, que ainda parecem ensanguentar as páginas deste livro a uma geração de distância. (Freire, Almada & Ponce, 1997: 15)

E citando um dos testemunhos do livro que dá nome ao seu prefácio, acrescenta:

O Tiradentes era um purgatório, este limbo situado entre o inferno e o paraíso”, diz um. Diz outro: “É um paradoxo pensar que um presídio possa ser um alívio salvo se for o pensamento de um masoquista – mas o Presídio Tiradentes, nos anos negros da ditadura, foi para mim, e para muitos que lá estiveram, uma espécie de alívio”. E agora uma moça: “A angústia que sinto por tantas coisas tristes e terríveis que vi e vivi nos vários presídios não estão associados ao Tiradentes. Como explico isto? Não explico, apenas registro. Um pouco tem a ver com o fato de que, na trajetória obrigatória da

¹² Assim, o escritor José Bento Monteiro Lobato permaneceu preso 90 dias em 1941 por ter escrito uma carta pouco amena a Getúlio Vargas e ao general Goes Monteiro, chefe do estado-maior do exército. Sua cela foi posteriormente batizada com seu nome pelos prisioneiros políticos da ditadura posterior de 64 (Paulo Filho, 2015: 691-697).

¹³ Sobre o tema, ver o documentário *Torre das Donzelas*, com a participação de Dilma Rousseff (Lira, 2018).

prisão política, ao chegar ao Tiradentes significava um alívio, quase uma vitória por ter sobrevivido às torturas, ao desaparecimento, à morte. (Freire et al., 1997: 15)

De fato, em contraste com a sede da OBAN, que mencionamos na introdução, o Tiradentes representava um espaço em que não havia tortura, além da possibilidade de receber visitas e de circular entre as celas e nos pátios durante o dia. O fato de estar encarcerado ali não significava ficar livre dos interrogatórios, pois era sempre possível ser levado de volta para a rua Tutóia. No entanto, o Presídio pelo menos conferia a quem lá estava o estatuto de preso legal, tornando mais difícil para o poder fazê-lo desaparecer, como ocorria na OBAN. Além disso, os numerosos testemunhos e memórias dos vários ex-detidos que passaram pelo Tiradentes são unânimes ao recordar a partilha de valores de solidariedade comunitária para além das diferenças de classe, de cultura e de geração e até mesmo de posição política, embora os debates entre as diferentes facções de esquerda ali reunidas fossem bastante acirradas.

Após o Portal da avenida Tiradentes, os turistas do SESC dirigem-se a pé ao vizinho Parque da Luz, onde lhes é oferecido um intermédio musical. As canções entoadas pela dupla do *Canto poético* contribuem para uma melhor identificação dos turistas com os presos políticos, devido ao papel importantíssimo da música popular brasileira engajada no dia a dia dos prisioneiros. Algumas destas canções ficaram famosas, e são por vezes conhecidas até mesmo dos turistas do SESC que não viveram naquela época.¹⁴

3.3. O DEOPS e o Memorial da Resistência de São Paulo

A última etapa do roteiro é um espaço museal importante, o *Memorial da Resistência de São Paulo*, no Largo General Osório, a alguns passos do Jardim da Luz. Construído entre 1910 e 1914, o prédio foi sede administrativa de uma das principais companhias de estrada de ferro de São Paulo, a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. A partir de 1940, o local é ocupado pelo DEOPS, servindo de aparelho de repressão do estado durante o Estado Novo e, mais tarde, durante a ditadura de 64. Nesse último período, o DEOPS se dedicou particularmente aos movimentos estudantis e às organizações clandestinas de luta contra o poder. O departamento foi fechado em 1983, e o local passou a ser utilizado por outras administrações, inclusive pela secretaria da cultura. O tombamento e a restauração do prédio ocorreram de 1999 a 2003. Inicialmente sob administração da Pinacoteca do Estado, o então chamado *Museu da Liberdade* começou a ser organizado pela Secretaria da Cultura, sob orientação do *Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo*.¹⁵ Por fim, a partir de 2008, o espaço mudou de aspecto e de nome, passando a chamar

¹⁴ Para mencionar apenas as mais emblemáticas, podemos citar as canções *Apesar de você* de Chico Buarque de Holanda (Holanda, 1970) e *Prá não dizer que não falei das flores* (*Caminhando*) de Geraldo Vandré (Vandré, 1979), ambas compostas após o AI5, ambas censuradas e ambas consideradas como hinos da resistência contra a ditadura de 64.

¹⁵ O *Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo* foi criado após 1998, com a finalidade de fazer evoluir a primeira lei de anistia parcial votada em 1979, conseguindo em 2002 a votação de uma nova lei mais ampla, incluindo indenizações para todos os prisioneiros políticos.

Memorial da Resistência de São Paulo, entidade filiada à *Coalizão Internacional de Sítios de Consciência*.¹⁶

Quatro módulos expositivos compõem o *Memorial*, todos eles situados na parte térrea do prédio O módulo A, intitulado *O edifício e suas memórias*, comporta uma síntese da história do DEOPS, bem como um vídeo sobre a criação e o funcionamento do Departamento. O módulo B, *Contrôle, repressão e resistência: o tempo político e a memória*, apresenta na mesma sala um mural cronológico sobre as “estratégias e fatos relativos ao controle, repressão e resistência [...] no âmbito do Brasil republicano” (*Memorial da Resistência de São Paulo*, s.d.). O módulo C, sem dúvida o mais interessante, intitula-se *A construção da memória: O cotidiano nas celas do DEOPS/SP*, e apresenta a reconstituição do espaço prisional, incluindo quatro celas, um corredor principal e o corredor externo, irônica e chamados pelos prisioneiros de “banho de sol”. Este módulo inclui também painéis e suportes audiovisuais, em particular os fones da cela 4, através dos quais o visitante pode escutar testemunhos gravados de ex-presos políticos que ali estiveram. Por fim, o módulo D – *Da carceragem ao centro de referência* – apresenta uma vitrine com objetos e documentos provenientes dos arquivos do DEOPS, bem como um espaço de consulta informática de um banco de dados referenciais, contendo por exemplo as fichas de cada prisioneiro, facilitando aos ex-prisioneiros e seus familiares o acesso a estes documentos.¹⁷

Na opinião de alguns testemunhos recolhidos em *blogs* sobre atividades turísticas, o ponto alto do passeio corresponde à visita do *Memorial*, e particularmente do módulo C, que permite uma identificação maior com os prisioneiros políticos. Assim o jornalista e publicitário Rafael Kosoniscs, 35 anos, que fez o passeio em 2018, aponta:

Não posso contar muito para não perder a graça, mas a parte mais marcante é poder entrar nas celas onde os presos políticos eram enclausurados, denotando a agonia e o sentimento que eles presenciavam. O ambiente, que passou por uma grande restauração e musealização, conta toda a história do local, recriando detalhes, como os rabiscos que os presos faziam nas paredes. Chocante! (Ksoniscs, 2018)

O turista jornalista revela aqui toda a ambiguidade do turismo sombrio, sobretudo através da precaução em não revelar tudo para “não perder a graça” e da exclamação final, pois na norma informal do português do Brasil, “chocante” não significa apenas “o que causa um choque” mas também “muito divertido”. Assim, o fato de poder sentir a “agonia” dos presos enclausurados pode ser um modo de compreender melhor este momento da História, mas também uma maneira de desfrutar sensações fortes.

Caminhos da resistência – Memórias da política paulistana, percurso proposto todos os anos pela equipe de turismo social do SESC de São Paulo, permite de fato ao público visado tomar conhecimento de um período polêmico e sombrio da história da cidade e do país. Seus

¹⁶ Rede mundial que agrega instituições constituídas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias de eventos passados de luta pela justiça e à reflexão do seu legado na atualidade, fundada em 1999. Sítio da instituição disponível em <https://www.sitesofconscience.org/pt/sobre-nos/>, consultado em 26 de abril de 2020.

¹⁷ Este último módulo está estreitamente associado ao trabalho do *Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo*, pois dados como estes são fundamentais para a constituição dos dossiês de pedidos de indenização após a segunda lei da anistia.

pontos positivos são a pertinência das escolhas dos lugares visitados – com exceção talvez da Casa do Povo, não incluída na nossa apresentação, o acompanhamento dos turistas não apenas por uma guia, mas também por uma historiadora, e, por fim, a introdução do turismo literário através dos intermédios musicais da dupla *Canto poético*. Porém, a parte culminante do passeio – a visita do *Memorial da Resistência*, e particularmente das celas reconstituídas do DEOPS, parece de algum modo incompleta. Até que ponto o Memorial permite um trabalho de imersão no ambiente de ameaça permanente que pesava sobre os resistentes contra a ditadura de 64, quando se trata de um público que não viveu e não estudou o período, como é o caso de Rafael Kosoniscs? Como evitar que as relações entre agentes da repressão e militantes de esquerda não fiquem reduzidas a um jogo de “mocinho e bandido”?

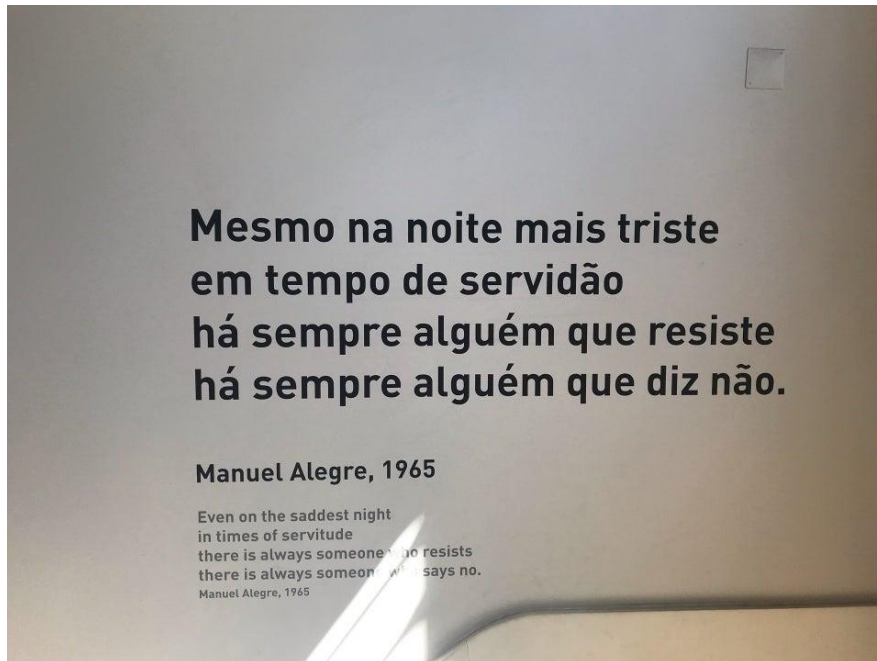
Nossa proposta não é pôr em causa a elaboração do roteiro do SESC ou o projeto museal do *Memorial*, mas sim de refletir sobre como e porque completar e aprofundar esta proposta.

4. Nem voyeurismo nem rejeição: A obra de Augusto Boal e o resgate ético do turismo sombrio da ditadura

A proposta de turismo sombrio ligado à resistência contra a opressão tem tido um crescente sucesso em todas as partes do mundo, e particularmente nos países que passam por um processo de renovação identitária, uma vez libertos da repressão até então imposta pelo poder vigente. No caso do espaço lusofônico, os exemplos deste tipo de turismo não são raros, considerando os longos períodos de ditadura vivenciados pela totalidade dos países de língua portuguesa. Para melhor identificarmos aquilo que parece incompleto na experiência proposta pelo SESC, podemos por exemplo examinar os dispositivos oferecidos pelo *Museu de Aljube – Resistência e Liberdade*, situado na rua Augusto Rosa, n.º 42 em Lisboa.

Como no caso *Memorial da Resistência de São Paulo*, o próprio espaço museal é um edifício que foi utilizado como prisão política de 1928 a 1965, sob a ditadura do Estado Novo imposta por Salazar. Não vamos descrever com pormenores os diferentes módulos do Museu, pois os pontos de interesse nesta comparação giram em torno da questão da imersão. Uma das características do dispositivo museal do museu de Aljube é a presença bastante marcante de citações literárias ligadas à experiência da repressão e da resistência ao salazarismo, que vão acompanhando o visitante à medida em que este vai subindo as escadas dos pisos superiores (ver Figura 2).

Figura 2. Citação de uma quadra de *Trova do vento que passa* de Manuel Alegre, 1965



Fonte: Museu do Aljube.

Para além das cronologias, depoimentos e documentos escritos expostos de maneira a que o visitante compreenda a contextualização histórica, política e social da ditadura salazarista, as citações de Manuel Alegre, Miguel Torga, Sophia de Mello Breyner criam um estado de espírito receptivo, necessário ao processo de imersão do turista leitor.

Na última seção do piso 2, o visitante se encontra assim preparado para entrar no espaço reconstituído das celas disciplinares, chamadas de “curros” ou “gavetas”, dispostas ao longo de um corredor. Logo à entrada, há uma mesa com um jornal da época e um pouco acima, um telefone de modelo antigo que toca de maneira intermitente. Um painel explica tratar-se de uma réplica do telefone que tocava para indicar que um dos prisioneiros dos curros deveria ser levado para a sede da PIDE, a polícia política do Estado Novo, na Rua António Maria Cardoso, onde seria submetido à tortura. Em uma das celas, há uma figura humana de gesso sentada no catre basculante fixado à parede, mostrando que não havia mais do que 15 centímetros entre a parede e os joelhos do prisioneiro. A figura de gesso não tem rosto, o que permite mais do que qualquer dispositivo anterior a identificação do visitante com o prisioneiro. Do mesmo modo, sem que haja nenhuma evocação direta da tortura, a apreensão de ser torturado é comunicada ao visitante através da campainha do telefone. Esse processo leva o visitante a perceber o que significava ser preso político durante a ditadura salazarista através da razão, da emoção e até da sensação, sem no entanto apelar para as eventuais pulsões sádicas de alguns adeptos do turismo sombrio. A violência exercida pela PIDE se encontra presente através do telefone, e também, um pouco adiante, através do acúmulo de ficheiros de identidade dos prisioneiros, que cobrem paredes inteiras.

Possivelmente, no caso do *Memorial de São Paulo*, o que falta é esse grau de identificação, pois as torturas só são evocadas pelos testemunhos gravados (que nem todos

os visitantes ouvem), mas não há elementos que lembrem, para além da presença dos presos, a presença dos carcereiros. Completar o percurso recorrendo à literatura representa talvez o meio mais eficaz e acessível de aprofundar os objetivos proclamados pelo SESC.

Para tal, escolhemos alguns excertos de obras do dramaturgo e diretor de teatro Augusto Boal, um dos vários artistas a ter passado pelo DEOPS durante a ditadura. Em 1971, Boal, então diretor do Teatro de Arena, acabava de chegar de uma turnê pelos Estados Unidos, México, Peru e Argentina. Com 40 anos, o teatrólogo já era uma das figuras mais representativas do teatro brasileiro de vanguarda. Obviamente, como um dos focos da crítica contra os valores impostos pelo golpe de 64, o Teatro de Arena em São Paulo era vigiado pelo DEOPS, então dirigido pelo Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Na noite do dois de fevereiro, a caminho de casa, Boal é levado para a sede do DEOPS, onde hoje se encontra o *Memorial*. Alguns dias mais tarde, após ter sido interrogado e torturado pelo próprio Fleury, é levado para o Presídio Tiradentes, onde permanece até maio de 1971. Daí parte para o exílio em Buenos Aires, Lisboa e Paris, devendo voltar para o Brasil apenas em 1983.

São três as obras em que Augusto Boal fala de sua experiência carceral: *Hamlet e o filho do padeiro – memórias imaginadas*, publicado em 2000, que contem alguns capítulos sobre a sua prisão, o romance memorialístico *Milagre no Brasil*, de 1976, consagrado unicamente à sua prisão, e por fim, *Torquemada*, peça de teatro escrita ainda no Tiradentes, e encenada logo depois durante o exílio no Chile.

Em *Milagre do Brasil*, a descrição minuciosa da organização espacial da sede do DEOPS permite imaginar melhor como funcionava aquilo que se poderia chamar de “burocracia da repressão”. Após ter indicado que as celas ficavam no térreo, as salas de tortura no terceiro andar, e os escritórios do delegado e de seus colaboradores no segundo e no quinto, o narrador observa:

Esse escritório comercial se assemelhava a qualquer escritório comercial, com duas pequenas diferenças: todas as janelas tinham grades e havia armas por toda a parte, algumas penduradas na parede, outras jogadas em cima da mesa.

Às duas da tarde, a atmosfera começou a ficar tensa. Todos começaram a se comportar de uma maneira diferente, todos mais nervosos, o silêncio mais duro, nenhum sorriso em nenhum rosto. Era porque às duas da tarde começavam os interrogatórios, as torturas. Como se fosse um escritório comercial. Burocraticamente. Das duas às sete. (Boal, 1979: 10, 28)

Essa citação transmitida por um guia ou afixada no hall de entrada do *Memorial* permitiria ao visitante sentir a presença opressora dos policiais. O mesmo ocorre com a descrição das celas, em particular das celas solitárias, destruídas durante a primeira renovação do museu, e que Boal nos ajuda a reconstituir:

[O carcereiro] foi buscar umas chaves enormes (dessas que eu já tinha visto no cinema) e me levou através de um corredor comprido, cheio de portas gradeadas, de ferro. No final do corredor, começava outro, menor, com cela individuais. Logo na primeira ele parou, abriu a porta e me mandou entrar. Entrei. Havia uma cama e nenhum cobertor, nem lençol, nem travesseiro. Uma pia e uma privada. A janela ficava lá no alto. [...] Olhei para o corredor, pela janelinha da porta: minha cela ficava exatamente no ângulo entre os dois corredores. A cela se chamava F1 (isto é, Fundão, cela 1). Da minha janelinha eu

podia ver tudo o que acontecia no corredor em frente, gente que entrava ou que saía das celas grandes. [...] no fundo do corredor estava sempre um soldado armado, sentado numa cadeira. (Boal, 1979: 1, 17)

A reconstituição do interior da cela também poderia ter seguido estas indicações, pois os colchões da cela 3 se encontram estendidos no chão, sem cama, mas há lençóis e cobertores, como é possível observar na figura 3. Também na peça *Torquemada*, imaginada e encenada no presídio Tiradentes, a configuração do espaço contibui para o processo de imersão do visitante. A reconstituição teatral através das didascálias bastante precisas do dramaturgo é tanto mais preciosa que o presídio já não existe:

Cela com cinco camas duplas (uma em cima da outra): três de frente e uma de cada lado. Uma porta com uma grade alta. Os presos estão de calças curtas, bermudas ou shorts e camisas de vários tipos; A ação representada tem lugar diante do centro da cela; os atores que não intervêm continuam permanentemente em cena nas suas ocupações habituais de presos: leem, pensam, estudam, vão ao banheiro, escrevem cartas, choram, caçam moscas, passam a ferro, ouvem discos, fazem artesanato, cozinham, comem, etc. Estas ações devem ser feitas de tal maneira a não prejudicar a ação central.

O preso transforma a sua cama no seu mocó, quer dizer, o seu ninho: ali ele guarda os seus livros, discos, roupas, etc. A impressão que dá uma cela é de um depósito: roupas penduradas secando ao lado de linguiças e carne-seca. (Boal, 1990: 101)

Figura 3. Cela 3 reconstituída, com a reposição dos grafitis dos prisioneiros que tinham sido apagados, e o acréscimo do colchão com lençol e cobertor e do varal com a toalha



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/14/politica/1418512628_738857.html.

O “purgatório” evocado por Antonio Cândido surge claramente na cena: contrariamente ao DEOPS, aqui há a possibilidade de distrair a dor através das “ocupações habituais de presos”, leitura, escrita, cozinha. Além do mais, a solidariedade interna e externa se faz presente através das iguarias penduradas e dos objetos pessoais de cada preso, dons de familiares e

amigos durante as visitas. Se ao cabo de algumas páginas, ao cotidiano dos prisioneiros de 1971 se sobrepõe a evocação da inquisição espanhola, cuja figura exponencial dá nome à obra, *Torquemada* é de um realismo quase jornalístico. De fato, não há o distanciamento da memória, pois como dissemos, a elaboração da peça se deu durante a experiência carcerária do autor.

Torquemada nos oferece igualmente uma abordagem da tortura sem rodeios e eufemismos, mas também sem a ambiguidade geralmente criada em torno do espetáculo da violência. A cena é uma transcrição quase literal do primeiro interrogatório ao qual Boal foi submetido. Os personagens são o Dramaturgo, representando obviamente o autor, e os seus torturadores anônimos porém individualizados, através de designações caricaturais: Barba, Baixinho e Atleta.

O Dramaturgo senta no chão e encolhe as pernas. Barba e Atleta passam o pau de madeira entre os seus joelhos e as suas mãos, que são amarradas uma na outra : posição fetal. [...] O Dramaturgo fica com a cabeça para baixo pendurado pelos joelhos. O pau é apoiado nas extremidades das duas mesas. O Atleta faz a ligação elétrica, amarrando um fio a um dedo do pé e a um dedo da mão e liga o aparelho na corrente elétrica da parede. O reostato ainda está em zero.

BARBA – Pronto?

ATLETA – Está.

BARBA – Quando foi que você conheceu Aluísio?

DRAMATURGO – (Pendurado.) Eu não conheço nenhum Aluísio.

BARBA – Começa.

O Atleta liga a corrente elétrica alguns instantes. O Dramaturgo grita. [...]

BAIXINHO – Vai ter que confessar!

DRAMATURGO – Confessar o que?

BARBA – Confessar que você difama o nosso país quando viaja para o exterior.

DRAMATURGO – No exterior eu apresento os meus espetáculos, as minhas peças. Isso não é difamar.

BARBA – Você difama e tchau. Confessa de uma vez.

DRAMATURGO – Mas como? Como é que eu difamo?

BARBA – Você difama, porque quando você vai ao exterior, você diz que no nosso país existe tortura. *(Há um silêncio. O Dramaturgo, pendurado no pau-de-arara, não consegue evitar um sorriso.)*

BAIXINHO – Ele está rindo.

DRAMATURGO – *(Tentando parar o riso.)* Não, não, eu não estou rindo, quer dizer, eu só ri um pouquinho, quer dizer, como você disse que eu difamava porque aqui não existe tortura... bom, quer dizer, o que é que eu tou fazendo aqui? Isso daqui o que é que é?... Isso é tortura!

BARBA – Manda bala pra que ele aprenda. *(O Atleta vai fazer o jogo normal de ligar o aparelho e de desligar imediatamente.)* Deixa, deixa um pouco mais de tempo pra que ele aprenda. *(O Dramaturgo grita continuamente de dor pelo choque elétrico demorado. Depois de uns instantes, o Atleta desliga.)*

BARBA – Claro que isso é tortura. Mas você tem que reconhecer que eu estou te torturando com todo respeito ! Não estou te dando porrada na cara nem apagando cigarro acesso na tua boca. Estou fazendo o mínimo indispensável. (Boal, [1971] 1999: 103-106)

A força da cena está nesta espécie de *mise en abyme* absurda e sarcástica, em que o torturador explica ao torturado que aquilo que está acontecendo não pode, não deve ser chamado de tortura. Um pouco adiante, Baixinho fica indignado quando o Dramaturgo fala em censura, pois oficialmente o Brasil é uma democracia, portanto a censura não existe.

Talvez o mais surpreendente é que não se trata de um diálogo inventado por Boal a partir das várias histórias contadas durante a sua prisão, como em outros trechos da peça, mas de um puro relato catártico do seu primeiro interrogatório.

Mais uma vez, observamos que a introdução de trechos literários num percurso de turismo sombrio confere uma maior autenticidade a espaços necessariamente transformados e permite o processo de identificação, condição essencial para que o efeito de imersão se realize.

Resta a saber qual seria a maneira de integrar o diálogo na visita do *Memorial*. Aqui, a sugestão é inspirada pelas próprias origens do projeto museológico. Em seu artigo sobre os cárceres da ditadura, a historiadora Janaína de Almeida Teles¹⁸ indica :

As comemorações dos 20 anos da Anistia, em 1999, levaram o governo de São Paulo a propor um projeto de lei que previa indenização aos torturados em dependências do Estado e também convênios para a proteção de testemunhas. Além disso, o governo paulista anunciou que planejava a transformação do antigo prédio da polícia política do estado, o DEOPS, em um espaço destinado à arte. Em setembro daquele ano, no prédio do DEOPS foi montada a peça *Lembrar é Resistir*,¹⁹ de Izaías Almada e Anely Alvarez, tendo como cenário as antigas celas, gerando comoção nos espectadores pelo realismo das cenas e a proximidade com os atores. A peça ficou em cartaz por quase um ano, sob a direção de Silnei Siqueira, e depois foi apresentada durante algumas semanas no prédio do DEOPS/RJ, dirigida por Nelson Xavier. Em julho de 2002, o prédio do DEOPS foi reaberto passando a sediar o *Memorial da Liberdade*. (Teles, 2011: 1-2)

Podemos então conceber que o mesmo espaço carceral já utilizado como cenário de uma peça sobre a ditadura seja de novo utilizado para uma encenação de *Torquemada*, senão na íntegra, pelo menos da cena citada. Isto permitiria por um lado, dar continuidade ao processo de aprimoramento do *Memorial*, e por outro aprofundar a experiência proporcionada pelo roteiro do SESC

O roteiro *Caminhos da resistência – Memórias da política paulistana*, que vem se realizando desde 2014, teve uma versão para crianças em 21 de julho de 2019. Não aparece por enquanto na programação do SESC São Paulo de 2020, mas talvez pudesse apresentar no futuro uma proposta renovada, capaz de atrair novos visitantes.

¹⁸ Janaína de Almeida Teles esteve ela própria encarcerada com a idade de cinco anos, ao mesmo tempo que o seu irmão mais novo, de quatro anos, e os seus pais, Maria Amélia e César Augusto, então militantes do Partido Comunista do Brasil. A família percorreu todos os espaços descritos no roteiro do SESC: capturados em dezembro de 1972 pela Operação Bandeirantes, foram levados para o DEOPS e em seguida ao presídio Tiradentes.

¹⁹ Sobre a peça *Lembrar é resistir* e o modo como foi encenada nas celas do DEOPS, ver o depoimento de um dos autores, Izaías Almada (Izaías Almada. entrevista C016, coleta de testemunhos. Memorial da resistência, disponível em <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevistado=81&identrevista=23&mn=56#>. Consultado em 28 de abril de 2020.)

5. Considerações finais: Um passado que não passa – A função pedagógica e urgente do turismo literário

Os estudos sobre turismo nos ensinam que na realidade, as diferentes formas de praticar turismo não podem ser delimitadas em categorias exclusivas. Assim, o turismo sombrio, e, mais especificamente, o turismo ligado à resistência contra regimes autoritários, sobrepõe-se forçosamente ao turismo memorial, que ele próprio está profundamente ligado ao turismo literário. De fato, entre os testemunhos de atos de repressão e resistência é quase certo encontrarem-se escritores cujas obras ficaram marcadas por este tipo de experiência extrema. Para ficar apenas na área de estudos lusófonos, quantos escritores de língua portuguesa, em particular no século XX, foram submetidos à experiência da prisão? De Miguel Torga a Luandino Vieira, de Graciliano Ramos a Augusto Boal, memórias do cárcere abundam na nossa literatura comum.

Ora, como vimos, as questões de caráter ético e político colocadas pela prática do turismo sombrio podem encontrar soluções através do recurso à literatura. Para concluir o trabalho, mencionamos apenas uma questão especificamente ligada às atividades turísticas em torno da ditadura civil militar de 64 tal como vêm sendo desenvolvidas nos últimos vinte anos no Brasil.

Só a partir do final dos anos noventa, quando a democracia brasileira parecia ter atingido uma certa estabilidade, é que se deu início ao processo de patrimonialização dos lugares de memória da ditadura, principalmente através do impulso dado por organizações como o *Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo* ou o grupo *Tortura nunca mais*. A partir daí, paralelamente a criações artísticas sobre o tema – memórias, peças de teatro, esculturas, desenhos e fotografias, este passou a despertar o interesse do público, sobretudo de jovens brasileiros que sabiam pouco sobre o assunto, criando uma demanda para este tipo de turismo.

A partir daí, ao nosso ver, dois obstáculos surgiram. O primeiro, diretamente ligado às falhas da nossa lei de anistia, que foi interpretada no sentido de apagar as condenações contra os militantes mas também contra os militares, policiais e homens políticos diretamente responsáveis por crimes contra a humanidade que até hoje não foram julgados, é o negacionismo. Esta postura ideológica, como sabemos, se tornou suficientemente forte para permitir que um capitão de reserva, saudoso das práticas permitidas pelo Ato Institucional n.º 5, fosse eleito Presidente da nação.

O segundo é a representação dos anos de chumbo na mídia destinada ao grande público. O fim oficial da censura permitiu que cenas de tortura contra jovens engajados contra a ditadura fossem exibidas em novelas, como *Amor e Revolução* de Tiago Santiago, exibida no canal SBT em 2011. A violência cometida contra as vítimas do regime de 64 foi mostrada sem disfarce, pelo menos nos primeiros capítulos, mas há um aspecto sempre ausente deste tipo de representação: podemos aprender muito sobre os torturados, mas onde estão os responsáveis? Houve larga difusão das diferentes técnicas de tortura utilizadas pelo DEOPS, em particular o emblemático pau-de-arara, descrito por Boal na cena citada anteriormente. Por outro lado, os elaboradores destas técnicas, bem como da estratégia do terror e da doutrina da segurança nacional, embora tenham sido amplamente denunciados por associações de ex-presos, por historiadores, por jornalistas de investigação, e até

oficialmente pela Comissão da Verdade, permanecem invisíveis no imaginário coletivo da sociedade brasileira.

É em torno desta questão que a prática mais abrangente de um tipo de turismo sombrio e literário pode contribuir de maneira inestimável para a formação política, social e cultural do cidadão brasileiro. Afinal, o objetivo deste tipo de roteiro não é culpabilizar o turista leitor, mas levá-lo a participar da resistência, desmascarando os agentes do sistema de repressão, cuja atuação parece se acentuar cada vez mais.

Referências

- Boal, A. ([1971] 1990) *Torquemada*. In Boal, A. *Teatro de Augusto Boal* (pp. 99-152). São Paulo: Hucitec.
- Boal, A. (1979). *Milagre no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Boal, A. (2000). *Hamlet e o filho do padeiro – Memórias imaginadas*. Rio de Janeiro: Record.
- Cheibub, B.L. (2012). Breves reflexões sobre o turismo social a partir da história institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e da produção acadêmica brasileira. *Dos Algarves. A Multidisciplinary e-Journal*, 21, 4-22.
- CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil] (s.d.). Destacamento de operações e informações – Centro de operações e defesa interna. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>.
- Folio, F. (2015). Critiques et enjeux du *Dark tourism* à travers la focale sud-africaine. Paris: *EchoGéo*, 34, 1-33. doi: 10.4000/echogeo.14371
- Freire, A., Almada, Izaías & Ponce, J. A. de Granville (1997). *Tiradentes, um presídio da ditadura: Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural.
- Holanda, C. B. de (1970). *Apesar de você*. Rio de Janeiro: Philips do Brasil. Compacto simples, 45 rpm, estéreo, 10 pol.
- Kosoniscs, R. (2018, fevereiro). Caminhos da resistência: Memórias da política paulistana [Web log post].
- Lennon, J. & Foley, M. (2000). *Dark tourism: The attraction of death and disaster*. Londres: Continuum.
- Levasseur, M. (2007, maio). Le tourisme «sombre»: Visites macabres ou commémoration et conscientisation ? *Analyses*.
- Lira, S. (realizadora). (2018). *Torre das donzelas* (documentário/ficção). Rio de Janeiro: Modo operante Produções.
- Memorial da Resistência de São Paulo (s. d.). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.memorialdaresistencia.org.br/>
- Moraes, C. (2016). Turismo em favelas: Notas etnográficas sobre um debate em curso. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 23 (2), 65-93. doi: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2016.125110
- Paulo Filho, P. (2015). A prisão de Monteiro Lobato. In P.P. Filho (Ed.), *Grandes advogados, grandes julgamentos (no júri e noutros tribunais)*, pp. 691-696. Leme: J.H. Mizumo.
- Queiroz, F. C. B. P., Queiroz, J.V., Vasconcelos, N.V. C. de, Furukava, M., Héris, H.R. & Pereira, F.A.B. (2013). Transformações no ensino superior brasileiro: Análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. Rio de Janeiro: *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 21(79), 349-370. doi: 10.1590/S0104-40362013000200009

- Quinteiro, S. & Baleiro, R. (2019). *Estudos em literatura e turismo: Conceitos fundamentais*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras/Centro de Estudos Comparatistas.
- SESC [Serviço Social do Comércio] (2019, março-abril). *Caderno da programação das atividades de Turismo Social do Sesc em São Paulo*. Disponível em https://issuu.com/turismosocial/docs/ts_mai-jun_2018_vfinal_issuu
- SESC [Serviço Social do Comércio] (2020). *Turismo social*. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/lazer/Sobre+o+Turismo+Social/>.
- Silva, R. (s.d.). *Concentração e desconcentração industrial – São Paulo é centro industrial do país*. Educação UOL.
- Teles, J. de A. (2011). Memórias dos cárceres da ditadura: Os testemunhos dos presos políticos no Brasil. In M. de M. Ferreira (Org.), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (pp.1-12). Associação Nacional de História: São Paulo.
- Vandré, G. (1979). *Prá não dizer que não falei das flores (Caminhando)*. Rio de Janeiro: Som Livre. LP, 33 ¼ rpm; estéreo, 12 pol.

ADRIANA COELHO-FLORENT ocupa o cargo de “maître de conférences” (professora titular) na universidade de Aix-Marselha. Sua tese sobre Graciliano Ramos e a função do escritor na sociedade brasileira de 1930 a 1945 foi publicada em 2011: *Graciliano Ramos em seu tempo – o meio literário na era Vargas*. Tem artigos publicados sobre obras de ficção brasileiras, portuguesas, angolanas e moçambicanas, numa perspectiva ligada à sociocrítica e à literatura comparada. Atualmente, suas pesquisas giram em torno do turismo literário nos países lusófonos, em particular nas suas relações com o turismo memorial ligado às migrações e diásporas entre Europa, Brasil e África. Endereço institucional: Departamento de Estudos Lusófonos, Universidade de Aix-Marselha, Av. Robert Schuman, 29, F13621 Aix-en-Provence, França.

Submetido em 2 de março de 2020

Aceite em 8 de junho de 2020